

STJ00096162

ANTONIO ARALDO FERRAZ DAL POZZO

TEORIA GERAL DE
DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Belo Horizonte



2013

© 2013 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Flávio Henrique Unes Pereira
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alexandre Coutinho Pagliarini	Gustavo Justino de Oliveira
André Ramos Tavares	Inês Virginia Prado Soares
Carlos Ayres Britto	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Mário da Silva Velloso	Juarez Freitas
Cármen Lúcia Antunes Rocha	Luciano Ferraz
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Lúcio Delfino
Clovis Beznos	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Cristiana Fortini	Márcio Cammarosano
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrizio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra



Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Supervisão editorial: Marcelo Belico

Revisão: Olga M. A. Sousa

Estagiária: Ana Nely Çoban

Bibliotecários: Fábio Jaderson Miguel Reis – CRB 3025P – 6ª Região

Luciana Gonçalves – CRB 2863 – 6ª Região

Indexação: Ricardo Neto – CRB 2752 – 6ª Região

Capa e projeto gráfico: Walter Santos

Diagramação: Karine Rocha

Av. Afonso Pena, 2770 – 15ª/16ª andares – Funcionários – CEP 30130-007

Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949

www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

D136t Dal Pozzo, Antonio Araldo Ferraz

Teoria geral de direito processual civil / Antonio Araldo Ferraz Dal Pozzo. – Belo Horizonte : Fórum, 2013.

603 p.
ISBN 978-85-7700-612-0

1. Direito processual civil. 2. Teoria geral do processo. 3. Direito constitucional. 4. Direito civil. I. Título.

CDD: 347

CDU: 347.9

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

DAL POZZO, Antonio Araldo Ferraz. *Teoria geral de direito processual civil*. Belo Horizonte: Fórum, 2013. 603 p. ISBN 978-85-7700-612-0.

Sys: 967708

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	25
-------------------	----

TÍTULO I INSTITUTOS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I

INSTITUTOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO PROCESSUAL	29
1 O Direito Processual Civil – visão geral	29
2 Noções gerais a respeito dos institutos fundamentais do Direito Processual Civil	30

CAPÍTULO II

DA JURISDIÇÃO	33
1 Sistemas de criação do direito	33
2 Estrutura básica das normas jurídicas	34
3 Do cumprimento das normas jurídicas.....	36
4 Da proibição da autodefesa	37
5 Conceito de jurisdição	38
5.1 A jurisdição é a atividade dos órgãos do Estado.....	38
5.2 Que tem por objeto formular a regra jurídica concreta	39
5.3 Atividade dos órgãos do Estado que tem por objeto realizar praticamente a regra jurídica concreta	41
5.4 Que, segundo o direito vigente, disciplina uma determinada situação jurídica.....	42
6 Noção de tutela jurisdicional.....	42
7 Jurisdição de direito e jurisdição de equidade.....	43
8 Jurisdição e as demais funções do Estado	46
9 Jurisdição voluntária.....	46
10 Jurisdição e juízo arbitral	47

CAPÍTULO III

DA AÇÃO	49
1 Princípio da inércia da jurisdição	49
2 O princípio da iniciativa da parte e o direito de ação	50
3 As teorias a respeito do direito de ação	51
4 Teoria da ação como direito concreto à tutela jurídica	52
5 A teoria da ação como um direito abstrato de agir	52
6 Cotejo entre as duas teorias	53
7 O pensamento de Enrico Tullio Liebman	53
8 Conceito do direito de ação	55

9	A ação como direito público subjetivo	55
10	A ação como direito de pedir a tutela jurisdicional	56

CAPÍTULO IV

DO PROCESSO E DO PROCEDIMENTO.....		57
1	Introdução	57
2	Conceito de processo	58
3	Conceito de procedimento.....	59
4	Inter-relação entre os institutos fundamentais	59

TÍTULO II DA JURISDIÇÃO

CAPÍTULO V

ÓRGÃOS JURISDICIONAIS – UNIDADE DA JURISDIÇÃO – ESPÉCIES DE JURISDIÇÃO

		63
1	Órgão jurisdicional ou órgão judicial.....	63
2	Unidade da jurisdição e espécies de jurisdição	65
2.1	As espécies de jurisdição.....	65
2.2	Jurisdição Especial e Jurisdição Comum	66
2.3	Jurisdição Civil e Jurisdição Penal.....	68
2.4	Jurisdição Superior e Jurisdição Inferior	69

CAPÍTULO VI

ESTRUTURA BÁSICA DO PODER JUDICIÁRIO NACIONAL.....		71
1	Estrutura básica do Poder Judiciário nacional.....	71
2	Justiças da União e seus órgãos jurisdicionais.....	72
3	Justiças dos Estados e seus órgãos jurisdicionais	73
4	Supremo Tribunal Federal – Superior Tribunal de Justiça – Conselho Nacional de Justiça	74

CAPÍTULO VII

PRINCIPAIS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS PARA O

EXERCÍCIO DA JURISDIÇÃO.....		79
1	Garantias constitucionais para o exercício da jurisdição – áreas de incidência	79
2	Garantia Institucional do Poder Judiciário.....	80
3	Garantias da Magistratura	82
4	Garantias específicas.....	82
4.1	Imparcialidade no exercício da atividade jurisdicional.....	82
4.2	O princípio do juiz natural	84
4.3	Direito de acesso ao judiciário.....	84
4.4	Princípio do contraditório (<i>audiatur et altera pars</i>)	85
4.5	O princípio da publicidade dos julgamentos e da motivação das decisões	85
4.6	Duração razoável do processo.....	86

CAPÍTULO VIII

DOS ÓRGÃOS AUXILIARES DA JUSTIÇA		89
1	Órgãos Principais e Órgãos Auxiliares da Justiça	89
2	Órgãos Auxiliares da Justiça – conceito	90
3	Classificação dos Órgãos Auxiliares da Justiça: Permanentes e Eventuais	90

4	Dos Órgãos Auxiliares da Justiça no Código de Processo Civil.....	91
4.1	Do escrivão.....	91
4.2	Do oficial de justiça.....	93
4.3	Da responsabilidade do escrivão e do oficial de justiça.....	94
4.4	Do distribuidor.....	94
4.5	Do contador.....	95
4.6	Do partidor.....	95
4.7	Do depositário público e do administrador.....	95
4.8	Do perito.....	96
4.9	Do intérprete.....	97

TÍTULO III DA AÇÃO

CAPÍTULO IX

CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES PELAS TUTELAS JURISDICIONAIS.....		101
1	A relação jurídica.....	101
2	A relação jurídica processual.....	102
3	Crises das relações jurídicas.....	103
4	O tempo e a tutela jurisdicional – tutela de urgência.....	105
5	Tutela jurisdicional para a realização prática da regra jurídica concreta.....	106
6	Quadro geral das tutelas jurisdicionais.....	106
7	Critério de classificação das ações – quadro geral das ações.....	106

CAPÍTULO X

DAS AÇÕES DE CONHECIMENTO.....		109
1	Ações de conhecimento.....	109
2	Atividades cognoscitivas do órgão jurisdicional.....	110
2.1	A verificação dos fatos.....	110
2.1.1	Espécies de fatos que podem ser alegados pelas partes.....	110
2.1.2	Os fatos que devem ser objeto de investigação.....	110
2.1.3	Os meios de prova.....	111
2.1.4	Conclusão sobre a verificação dos fatos.....	112
2.2	A aplicação do direito – enquadramento dos fatos.....	112
2.2.1	Aplicação do direito – formulação da regra jurídica concreta.....	113
3	Ação de conhecimento – mérito – questões prejudiciais – questões preliminares....	114
3.1	Questões prejudiciais.....	114
3.2	Questões preliminares.....	115
3.3	Questões de mérito.....	115
4	Limites à atividade de conhecimento do juiz.....	115
4.1	A ação proposta.....	116
4.2	A defesa.....	116
4.3	Os limites impostos definitivamente pela ação proposta.....	117
5	O princípio segundo o qual o juiz conhece o direito (<i>iura novit curia</i>).....	117

CAPÍTULO XI

AÇÃO DE CONHECIMENTO DECLARATÓRIA.....		119
1	Ação de conhecimento declaratória – mera ação.....	119
2	Conceito de ação declaratória.....	120
3	Formulação da regra jurídica concreta.....	120
4	Situação fática que torna adequada a ação declaratória.....	120

5	Formulação da regra jurídica concreta que elimine a incerteza em torno da existência ou inexistência de uma relação jurídica	122
6	Formulação da regra jurídica concreta que elimine a incerteza em torno da autenticidade ou falsidade de um documento	123
7	A sentença declaratória	124
8	Sentença que julga a ação declaratória improcedente – sentença declaratória.....	125
9	Ação declaratória incidental.....	125
10	Ação declaratória quando cabível a ação condenatória	127

CAPÍTULO XII

AÇÃO DE CONHECIMENTO CONDENATÓRIA.....		129
1	Situação jurídica que torna necessária e adequada a ação de conhecimento condenatória	129
2	Das espécies de ação de conhecimento condenatória.....	129
2.1	As espécies de ação de conhecimento condenatória.....	129
2.2	Nota doutrinária sobre ação executiva	130
3	Das espécies de ação de conhecimento condenatória – noções gerais	133
4	Ação de conhecimento condenatória de executividade mediata e imediata – conceitos	133
5	Pressuposto da condenação nas duas espécies de ação condenatória – a existência da relação jurídica na qual se situa o direito alegado pelo autor	134
6	Da espécie de ação de conhecimento condenatória adequada.....	135
7	Formulação da regra jurídica concreta que condene o réu à sanção executiva	135
8	Eficácia executiva das duas espécies de ação condenatória.....	136
9	Momentos da sentença condenatória.....	136
10	Estrutura da sentença condenatória.....	137
11	A imutabilidade da sentença	138
12	Objeto da ação de conhecimento condenatória de executividade mediata e imediata.....	138

CAPÍTULO XIII

AÇÃO DE CONHECIMENTO CONSTITUTIVA.....		141
1	Ação de conhecimento constitutiva – aspectos gerais	141
2	Conceito de ação de conhecimento constitutiva.....	143
3	Formulação da regra jurídica concreta na ação constitutiva	143
4	A sentença constitutiva.....	144
5	A importância da distinção entre os dois momentos da sentença constitutiva.....	145
6	Efeitos da sentença constitutiva	145
7	Casos especiais de ação constitutiva – sentença que substitui a declaração de vontade e sentença que conclui contrato.....	146

CAPÍTULO XIV

AÇÕES DE CONHECIMENTO E RESPECTIVAS SENTENÇAS – ESTUDO COMPARATIVO.....		149
1	Estudo comparativo das ações de conhecimento	149
1.1 ^º	Semelhanças principais	149
1.2	Diferenças principais	151
2	Estudo comparativo entre as sentenças positivas proferidas nas ações de conhecimento.....	152
3	Estudo comparativo entre as sentenças negativas proferidas nas ações de conhecimento.....	153
3.1	A ação proposta – ação declaratória	153

3.2	Ação proposta – ação condenatória.....	154
3.3	Ação proposta – ação constitutiva	154
3.4	Conclusões	154
4	Ação de nulidade e ação anulatória	154
5	Sentenças nas ações de conhecimento e efeitos <i>ex tunc</i> e <i>ex nunc</i>	155
6	Quadros sinóticos.....	157

CAPÍTULO XV

DA AÇÃO DE EXECUÇÃO.....		159
1	Formulação e atuação prática da regra jurídica concreta.....	159
2	Sanção executiva e título executivo	160
3	Título executivo	161
4	Ação de execução e responsabilidade executiva	163
5	Das diversas espécies de execução – visão geral	164
6	Direito de defesa na ação de execução.....	165

CAPÍTULO XVI

DA AÇÃO CAUTELAR.....		167
1	O tempo e a atividade jurisdicional	167
2	Conceito de ação cautelar	167
3	Momentos da sentença cautelar.....	168
4	A sentença cautelar – momento declaratório	168
5	A sentença cautelar – momento cautelar de formulação da regra jurídica concreta – medidas cautelares	170
6	A sentença cautelar – momento cautelar de realização prática da regra jurídica concreta	172
7	Estrutura básica da sentença cautelar	173
8	Caráter complementar da ação cautelar	173
9	Caráter provisório da ação e da medida cautelar.....	173
10	Ação cautelar preparatória e incidental.....	174
11	Ação cautelar cumulada com a ação principal (medida liminar)	175
12	Ação cautelar <i>inaudita altera parte</i>	176
13	Ação cautelar e antecipação de tutela	177

CAPÍTULO XVII

DAS CONDIÇÕES DA AÇÃO.....		179
1	Introdução ao estudo das condições da ação.....	179
2	As condições da ação.....	179
3	Importância das condições da ação	180
4	O interesse de agir.....	182
5	O interesse de agir e o fato gerador do direito de ação	185
6	Legitimação para agir (<i>legitimatío ad causam</i>)	186
6.1	Conceito de legitimação para agir (<i>legitimatío ad causam</i>)	186
6.2	Legitimação ordinária e extraordinária	187
6.3	Substituição processual e representação.....	188
6.4	Legitimação passiva para a ação e legitimação para contestar	189
7	Possibilidade jurídica do pedido	189
8	Possibilidade jurídica do pedido na doutrina de Liebman.....	190
9	As condições da ação no Código de Processo Civil.....	191
9.1	Art. 3º	191
9.2	Art. 267, inciso VI	192
9.3	Art. 295.....	192

CAPÍTULO XVIII

DOS ELEMENTOS DA AÇÃO.....	195
1 Introdução ao estudo dos elementos da ação	195
2 Conceito de identificação das ações	196
3 Os elementos da ação – ações idênticas	196
4 Elementos subjetivos da ação: as partes (<i>pars</i>).....	197
5 Elemento objetivo: pedido ou objeto (<i>petitum</i>).....	198
6 Elemento objetivo: causa de pedir (<i>causa petendi</i>).....	199
6.1 Teorias a respeito da causa de pedir.....	199
6.2 Causa de pedir próxima	200
6.3 O princípio <i>iura novit curia</i> : o juiz conhece o direito	200
6.4 Causa de pedir remota	201
6.4.1 Causa de pedir remota nas ações pessoais e ações reais	201
6.4.2 Causa de pedir remota nas ações pessoais	202
6.4.3 Causa de pedir remota nas ações reais	203
6.4.4 Conclusões quanto à causa de pedir remota.....	204

CAPÍTULO XIX

ESTUDO COMPARATIVO ENTRE CONDIÇÕES DA AÇÃO

E ELEMENTOS DA AÇÃO	207
1 Os elementos da ação e as condições da ação	207
2 Exame comparativo no caso de uma ação de alimentos	208

CAPÍTULO XX

AÇÕES GENÉRICAS E AÇÕES TÍPICAS – AÇÕES NECESSÁRIAS

E AÇÕES COMUNS	211
1 Ações genéricas e ações típicas	211
2 Ações necessárias e ações não necessárias	213

CAPÍTULO XXI

DA CONEXÃO – DA CONTINÊNCIA – DA LITISPENDÊNCIA E DA

COISA JULGADA	215
1 Introdução ao estudo dos temas do capítulo	215
2 Conexão	215
2.1 Conceito de conexão	215
2.2 Razões de ser da conexão	216
2.3 Conexão pelo pedido ou objeto.....	216
2.4 Conexão pela causa de pedir.....	218
3 Continência	219
4 Litispendência e coisa julgada.....	220
5 Momento para arguição da conexão, continência, litispendência e coisa julgada	221

CAPÍTULO XXII

DO PROCESSO COM VÁRIAS AÇÕES – CONCURSO

E CUMULAÇÃO DE AÇÕES.....	223
1 Direitos concorrentes e ações concorrentes.....	223
2 Concurso de ações.....	223
3 Ações concorrentes e a decisão	224
4 Cumulação de ações	225

TÍTULO IV
DO PROCESSO E PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS

CAPÍTULO XXIII

DO PROCESSO – A RELAÇÃO JURÍDICA PROCESSUAL E OS

DO PROCESSO – A RELAÇÃO JURÍDICA PROCESSUAL E OS PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS	231
1 Introdução ao estudo dos pressupostos processuais: a relação jurídica processual	231
2 O processo, o procedimento e a relação jurídica processual	232
3 Principais posições jurídicas na relação jurídica processual.....	233
3.1 Poderes e faculdades.....	234
3.2 Deveres e sujeições.....	234
3.3 Ônus	235
3.4 Direitos e obrigações.....	235
3.5 Considerações finais	235
4 Autonomia da relação jurídica processual	236
4.1 Sujeitos da relação jurídica processual e da relação jurídica deduzida em juízo	236
4.2 Objeto da relação jurídica processual e da relação jurídica deduzida em juízo	237
4.3 Pressupostos da relação jurídica processual e da relação jurídica deduzida em juízo.....	237
5 Classificação dos pressupostos processuais	238
6 Principais características da relação jurídica processual	239
6.1 Complexidade da relação jurídica processual	239
6.2 Progressividade da relação jurídica processual.....	239
6.3 Unitariedade da relação jurídica processual.....	239
6.4 Triangularidade	240
6.5 Natureza pública	240
7 Programa de estudo dos pressupostos processuais.....	240

TÍTULO V
DO JUIZ

CAPÍTULO XXIV

DO JUIZ – PODERES DEVERES – RESPONSABILIDADE.....

DO JUIZ – PODERES DEVERES – RESPONSABILIDADE.....	243
1 Do Juiz de Direito.....	243
2 Os poderes do juiz na condução do processo: poderes jurisdicionais e poderes administrativos.....	245
3 Poderes jurisdicionais	245
3.1 Poderes decisórios	246
3.1.1 Atos decisórios que não encerram o processo	247
3.1.2 Atos decisórios que encerram o processo.....	248
3.1.2.1 Sentenças terminativas e questões prejudiciais	249
3.1.2.2 Sentenças terminativas e questões preliminares	249
3.1.3 Sentenças definitivas.....	250
3.1.3.1 Sentença definitiva e os provimentos satisfativos	250
3.2 Poderes ordinatórios – despachos de mero expediente	251
3.3 Poderes instrutórios	252
4 Disposições do Código de Processo Civil sobre o poder jurisdicional do juiz na condução do processo	254

4.1	Princípios que norteiam a condução do processo	254
4.2	Limites da decisão do juiz.....	255
4.3	Decisão sobre produção de provas.....	256
4.4	Princípio da livre convicção e da identidade física do juiz.....	257
5	Poderes administrativos do juiz.....	257
5.1	Poderes de polícia	258
5.2	Poderes de documentação	258
6	Dos deveres do juiz.....	259
7	Da responsabilidade do juiz	260

CAPÍTULO XXV

DA PRIMEIRA INVESTIDURA E DA IMPARCIALIDADE DO JUIZ.....		261
1	Pressupostos processuais referentes ao juiz.....	261
2	Investidura (agente político investido de jurisdição)	261
3	Imparcialidade.....	263
3.1	A imparcialidade do juiz.....	263
3.2	Casos de impedimento do juiz – art. 134 e 136 do Código de Processo Civil.....	264
3.3	Casos de suspeição do juiz – art. 135 do Código de Processo Civil.....	269
4	A arguição do impedimento ou da suspeição – visão geral	272

CAPÍTULO XXVI

DA COMPETÊNCIA – CONCEITOS BÁSICOS.....		273
1	Pressupostos processuais referentes ao juiz.....	273
2	Introdução ao estudo da competência	273
3	Conceito de competência	274
3.1	Acepções da expressão “competência” no Direito Processual.....	274
3.2	A competência como limite da jurisdição.....	275
3.3	Competência originária e competência recursal.....	276
4	Sistema de distribuição das situações jurídicas aos órgãos jurisdicionais – visão geral.....	276
5	Critérios determinativos da competência.....	278
5.1	Conceito de critério determinativo da competência	278
5.2	Os critérios determinativos da competência utilizados pela legislação brasileira.....	279
6	O critério objetivo.....	279
6.1	O critério objetivo da natureza ou matéria da situação jurídica	279
6.2	O critério objetivo pelo valor da causa.....	279
6.3	O critério objetivo pela condição ou qualidade das pessoas	279
7	Critério territorial.....	280
8	Critério funcional	280
9	Competência absoluta e competência relativa.....	280
9.1	Conceitos	280
9.2	Formas e prazo para arguição incompetência absoluta e relativa	281
10	Casos em que são utilizados mais de um critério determinativo da competência.....	282
11	Das espécies de foro no Código de Processo Civil.....	283
11.1	Foro de Eleição ou Foro Contratual.....	283
11.2	Foro exclusivo	284
11.3	Foros concorrentes	284
11.4	Foro subsidiário.....	284

CAPÍTULO XXVII

LINHAS GERAIS SOBRE A FIXAÇÃO DA COMPETÊNCIA NA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....285

1	Competência Internacional da Autoridade Judiciária Brasileira	285
2	A Competência Internacional na legislação brasileira.....	286
2.1	Regras na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.....	286
2.2	Regras no Código de Processo Civil.....	286
2.2.1	Competência Internacional Concorrente	286
2.2.1.1	Réu com domicílio no Brasil.....	286
2.2.1.2	Obrigações a ser cumpridas no Brasil	287
2.2.1.3	Fato ocorrido ou praticado no Brasil.....	287
2.2.2	Validade da tutela jurisdicional prestada por autoridade judiciária estrangeira em casos de Competência Internacional Concorrente	287
2.2.3	Ações ajuizadas no Brasil e perante autoridade judiciária estrangeira em casos de Competência Internacional Concorrente.....	287
2.3	Competência Internacional Exclusiva	288
2.3.1	Não validade de sentença estrangeira em caso de Competência Internacional Exclusiva	288
3	Competência Interna: Competência do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e Competência das Justiças Internas	289
3.1	Competência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça	289
3.2	Competência da Justiça Federal.....	290
3.3	Competência da Justiça do Trabalho.....	290
3.4	Competência da Justiça Eleitoral	290
3.5	Competência da Justiça Militar	290
3.6	Competência das Justiças Estaduais e da Justiça do Distrito Federal	290
4	Competência Interna das Justiças Estaduais.....	291
4.1	Competência interna em razão do critério objetivo do valor e do critério objetivo da matéria	291
4.1.1	Valor da causa.....	292
4.1.2	Matéria sobre a qual versa a causa	292
5	Competência Interna em razão do critério funcional	293
5.1	Casos de competência funcional pela necessidade de várias ações para a satisfação do direito do autor	293
5.2	Casos de competência funcional para reexame de decisão apenas pelo fato de tê-la pronunciado	294
6	Competência interna pelo critério territorial	294
6.1	Foro competente para as ações pessoais e reais sobre bens móveis: foro do domicílio do réu (chamado foro geral)	294
6.1.1	Domicílio da pessoa natural	295
6.1.2	Domicílio da pessoa jurídica de direito público	296
6.1.3	Domicílio da pessoa jurídica de direito privado	297
6.1.4	Réu com mais de um domicílio – ação contra vários réus com domicílios diferentes.....	298
6.1.5	Réu com domicílio incerto ou desconhecido	299
6.1.6	Foro competente para ação decorrente do exercício profissional exercido em diversos locais	299
6.1.7	Réu sem domicílio ou sem residência no Brasil	300

6.1.8	Foro competente para ações fundadas em direito real sobre bens imóveis: foro da situação do imóvel (<i>forum rei sitae</i>).....	300
6.1.9	Foro da sucessão.....	301
6.1.10	Foro para as ações contra o ausente	301
6.1.11	Foro para as ações propostas contra o incapaz.....	302
6.1.12	Foro para a ação de separação judicial, para a conversão desta em divórcio e para a anulação de casamento	303
6.1.13	Foro competente para as ações de alimentos	303
6.1.14	Foro competente para a ação de anulação de títulos extraviados ou destruídos.....	304
6.1.15	Foro competente para ações que visam ao cumprimento da obrigação	304
6.1.16	Foro competente para a ação de reparação de dano.....	305
6.1.17	Foro competente para a ação em que o réu for o administrador ou gestor de negócios alheios	306
7	Competência interna do foro nas Justiças Estaduais	306
7.1	O princípio da perpetuação da jurisdição (<i>perpetuatio jurisdictionis</i>)	306
7.2	Momento da perpetuação da competência	307
7.2.1	Regras gerais	307
7.2.1.1	Ajuizamento por despacho do juiz.....	308
7.2.1.2	Ajuizamento por distribuição.....	308
7.2.1.3	Conclusões parciais.....	309
7.3	Irrelevância das modificações de fato ou de direito posteriores a <i>perpetuatio jurisdictionis</i> – as exceções do art. 87 do Código de Processo Civil.....	309
7.4	Exceção à regra geral de que são irrelevantes as modificações de fato e de direito após a perpetuação da jurisdição – casos de ações conexas ou que apresentem vínculo de continência	310
7.4.1	Generalidades	310
7.4.2	Alegação de conexão ou de continência feita pelo autor	311
7.4.3	Alegação de conexão ou de continência feita pelo réu ou reconhecida <i>ex officio</i>	311
7.4.3.1	Ato processual que determina a prevenção	312
7.4.3.1.1	Ato processual que determina a prevenção quando os juízes têm competência territorial diferentes.....	312
7.4.3.1.2	Ato processual que determina a prevenção quando os juízes têm a mesma competência territorial.....	313
7.5	Recapitulação do tópico	313
8	Prevenção em caso de imóvel situado em mais de um foro	314
9	Modificações da competência.....	314
10	Competência interna do juízo	315
11	Alegação da incompetência	315
12	Conflito de competência.....	316

TÍTULO VI DAS PARTES

CAPÍTULO XXVIII		
DOS PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS REFERENTES ÀS PARTES.....		321
1	Pressupostos processuais – breve recapitulação	321
2	Qualidade de parte	321
3	A capacidade na órbita jurídica.....	322
4	Capacidade de ser parte.....	323
5	Capacidade processual ou capacidade de estar em juízo (<i>legitimatio ad processum</i>).....	323

5.1	Capacidade processual ou capacidade de estar em juízo (<i>legitimatío ad processum</i>).....	323
5.2	Capacidade de exercício da pessoa natural.....	324
5.2.1	Pessoas com absoluta incapacidade processual	324
5.2.1.1	Representação legal	324
5.2.1.2	Representação judicial.....	325
5.2.2	Pessoas com relativa incapacidade processual	327
5.2.3	Pessoas com plena capacidade processual	327
5.3	Capacidade processual das pessoas casadas.....	328
5.4	Capacidade processual das pessoas jurídicas.....	329
5.4.1	Representação das pessoas jurídicas de direito público.....	330
5.4.2	Representação da massa falida	331
5.4.3	Representação do espólio, da herança jacente e da herança vacante	331
5.4.4	Representação das pessoas jurídicas de direito privado	332
5.4.5	Representação do condomínio	332
5.4.6	Casos de representação e a personalidade jurídica dos representados	333
6	Capacidade postulatória – o advogado	333
6.1	Capacidade postulatória	333
6.2	Representação da parte por advogado	335
6.3	Direitos do advogado	336
7	Ausência dos pressupostos processuais referentes às partes – consequências.....	338
7.1	Quanto à capacidade de ser parte.....	338
7.2	Quanto à capacidade de estar em juízo e capacidade postulatória	339
8	Aplicação dos conceitos estudados	340

CAPÍTULO XXIX

DA SUBSTITUIÇÃO DAS PARTES E DE SEUS PROCURADORES.....		343
1	Estabilização do processo em relação às partes – estabilização subjéitiva do processo.....	343
2	Substituição das partes	344
2.1	Alteração da parte por sucessão a título particular por ato entre vivos: alienação da coisa ou direito litigioso.....	345
2.2	Alteração da parte por sucessão <i>causa mortis</i> e por sucessão universal	346
2.3	Substituição das partes no processo de execução – algumas regras especiais.....	347
3	Substituição do advogado da parte.....	348

CAPÍTULO XXX

DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES E SEUS

PROCURADORES		351
1	As partes e seus procuradores – responsabilidade pelos atos processuais	351
2	Comportamento ético das partes e dos advogados na relação jurídica processual	351
3	Dos deveres das partes e seus procuradores.....	352
4	Responsabilidade das partes por dano processual	355

CAPÍTULO XXXI

DAS DESPESAS E MULTAS PROCESSUAIS IMPOSTAS ÀS PARTES

E AOS ADVOGADOS.....		359
1	Introdução ao tema do capítulo	359
2	Princípio geral que rege a matéria – “o processo deve dar a quem tem razão tudo quanto ele tem direito de obter”	359
3	As despesas gerais com o processo	362

4	Despesas processuais propriamente ditas – quais são e ônus de sua antecipação.....	363
4.1	Quais são as despesas processuais	363
4.1.1	Custas processuais	363
4.1.2	Indenização de viagem.....	364
4.1.3	Diária de testemunha.....	365
4.1.4	Remuneração de assistente técnico e do perito	365
4.1.5	Enumeração não taxativa do §2º do art. 20 do Código de Processo Civil	366
4.2	Ônus de antecipação das despesas processuais	366
4.2.1	Regra geral sobre antecipação das despesas processuais.....	366
4.2.2	Antecipações a cargo do autor	367
4.2.3	Antecipação do pagamento do perito e dos assistentes técnicos.....	367
5	Honorários advocatícios – critérios para sua fixação pelo juiz	368
5.1	Critérios para fixação dos honorários advocatícios nas ações de conhecimento condenatórias.....	368
5.2	Critérios para fixação dos honorários advocatícios em ações em que não há condenação.....	369
5.2.1	Causas de pequeno valor e de valor inestimável	369
5.2.2	Ação de execução	370
6	Pagamento definitivo das despesas processuais e honorários advocatícios	370
6.1	Condenação nas despesas por incidentes processuais	370
6.2	Sentença de procedência ou improcedência em processo com só autor e um só réu.....	371
6.3	Casos de jurisdição voluntária	371
6.4	Despesas em caso de ação de divisão e de demarcação	372
6.5	Despesas processuais por atos efetuados a requerimento do Ministério Público ou da Fazenda	372
6.6	Honorários advocatícios em ações nas quais a Fazenda Pública e o Ministério Público são vencidos	373
7	Sentença de procedência ou improcedência em processo com mais de um autor ou mais de um réu	373
8	Sentença de procedência parcial em processo com um só réu ou só um autor	374
9	Sentença de procedência parcial em processo com mais de um réu ou mais de um autor	374
10	Casos de sentenças terminativas.....	374
11	Casos destacados pelo Código de Processo Civil.....	375
12	Caso de encerramento do processo por ato da parte.....	376
13	Despesas com recurso – preparo e porte de retorno.....	377

CAPÍTULO XXXII

DO PROCESSO COM PLURALIDADE DE PARTES –

	DO LITISCONSÓRCIO	379
1	Conceito de litisconsórcio e finalidades do instituto	379
2	Classificações doutrinárias do litisconsórcio	380
3	Hipóteses legais de litisconsórcio facultativo (ou recusável) – art. 46 do Código de Processo Civil.....	381
4	Litisconsórcio facultativo por comunhão de direitos ou de obrigações relativamente à lide (inciso I do art. 46 do Código de Processo Civil).....	383
5	Litisconsórcio facultativo por direitos e obrigações que decorrem do mesmo fundamento de fato ou de direito (inciso II do art. 46 do Código de Processo Civil).....	384

6	Litisconsórcio facultativo por conexão pelo objeto ou pela causa de pedir (inciso III do art. 46 do Código de Processo Civil).....	386
6.1	Introdução	386
6.2	Litisconsórcio facultativo por conexão pela causa de pedir	386
6.3	Litisconsórcio facultativo por conexão pelo objeto	387
6.4	Condição específica para o litisconsórcio por conexão pela causa de pedir ou pelo objeto.....	388
6.5	Litisconsórcio do inciso I e do inciso III do art. 46 do Código de Processo Civil – estudo comparativo	388
7	Litisconsórcio facultativo por afinidade de questões por um ponto comum de fato ou de direito (inciso IV do art. 46 do Código de Processo Civil)	389
7.1	Questão de fato e questão de direito	389
7.2	Questões de fato afins por um ponto comum.....	390
7.3	Questões de direito afins por um ponto comum.....	392
7.4	Observações finais.....	392
8	Ações cumuladas em processo litisconsorcial facultativo e ajuizadas separadamente.....	392
9	O artigo 47 do Código de Processo Civil	393
10	Litisconsórcio unitário.....	394
10.1	Situações que ensejam o litisconsórcio unitário.....	394
10.2	Litisconsórcio unitário, o direito de ação e o direito de defesa	397
10.2.1	Litisconsórcio unitário passivo.....	397
10.2.2	Litisconsórcio unitário ativo	398
10.2.3	Litisconsórcio unitário passivo e falta de uma das partes	398
11	Litisconsórcio necessário (ou irrecusável).....	398
11.1	Situações que ensejam o litisconsórcio necessário	398
11.2	Litisconsórcio necessário passivo e falta de uma das partes	399
12	Litisconsórcio unitário e litisconsórcio necessário – a eficácia da sentença.....	399
13	Regimes jurídicos do litisconsórcio	400
14	Regime geral do litisconsórcio	401
15	Regime especial do litisconsórcio unitário	401
15.1	Princípios gerais do regime especial do litisconsórcio unitário	401
15.2	Litisconsórcio unitário e o direito deduzido em juízo.....	401
16	Regime especial das diversas espécies de litisconsórcio em face de situações processuais específicas.....	402
16.1	Regime especial quanto aos recursos	402
16.1.1	Recurso e litisconsórcio unitário	402
16.1.2	Recurso e litisconsórcio necessário.....	403
16.1.3	Recurso e litisconsórcio facultativo	403
16.2	Regime especial quanto à revelia.....	404
16.3	Regime especial quanto à impugnação especificada dos fatos narrados pelo autor.....	404
16.4	Regime especial quanto às questões relativas ao direito de ação e ao processo.....	405
16.5	Regime especial quanto à prova	405
17	Recusabilidade do litisconsórcio facultativo.....	405

CAPÍTULO XXXIII

	DA INTERVENÇÃO DE TERCEIROS – VISÃO GERAL.....	407
1	Intervenção de terceiros e litisconsórcio	407
2	Espécies de intervenção de terceiros	408

CAPÍTULO XXXIV

DA ASSISTÊNCIA.....	411
1 Da assistência.....	411
1.1 Conceito.....	411
1.2 Requisito para a assistência.....	411
2 A assistência e o litisconsórcio – estudo comparativo.....	413
2.1 Assistência e litisconsórcio necessário.....	413
2.2 Assistência e litisconsórcio unitário.....	413
2.3 Assistência e litisconsórcio facultativo.....	414
3 Espécies de assistência.....	414
4 Assistência simples ou adesiva e assistência litisconsorcial.....	414
5 Posição processual do assistente.....	416
6 Momento processual em que é admissível a assistência e procedimento para admissão do assistente.....	419
7 Efeitos da sentença em relação ao assistente.....	419
8 Responsabilidade pelas custas do processo.....	420

CAPÍTULO XXXV

DA OPOSIÇÃO.....	421
1 Da oposição.....	421
2 Modalidades de oposição.....	422
2.1 Introdução.....	422
2.2 Oposição no mesmo processo.....	422
2.3 Oposição por demanda autônoma.....	423
3 Procedimento da oposição.....	424
3.1 Ajuizamento da oposição.....	424
3.2 Distribuição da oposição por dependência.....	424
3.3 Citação dos opostos.....	425
3.4 Procedimento final.....	426
4 Oposição e litisconsórcio.....	426

CAPÍTULO XXXVI

DA NOMEAÇÃO À AUTORIA.....	427
1 Nomeação à autoria – finalidades do instituto.....	427
2 Nomeação à autoria – modalidades.....	429
2.1 Nomeação à autoria pelo detentor ou possuidor direto.....	429
2.2 Nomeação à autoria em caso de indenização: a ação ajuizada pelo proprietário ou titular de direito sobre a coisa e alegação do réu que agiu por ordem ou instruções de terceiro.....	430
3 Nomeação à autoria: ônus do réu.....	430
4 Procedimento na nomeação à autoria.....	431

CAPÍTULO XXXVII

DA DENUNCIAÇÃO DA LIDE.....	435
1 A denúncia da lide.....	435
2 Situações jurídicas que ensejam a denúncia da lide.....	436
2.1 As situações jurídicas que ensejam a denúncia da lide no Código de Processo Civil.....	436
2.2 Considerações gerais.....	437
2.3 Denúnciação da lide ao alienante.....	437
2.4 Denúnciação da lide ao proprietário ou ao possuidor indireto.....	439
2.5 Denúnciação da lide ao responsável pela indenização.....	440
3 Procedimento na denúncia da lide.....	440

3.1	Prazo para requerer a denunciação.....	440
3.2	Conteúdo do requerimento de denunciação.....	441
3.3	Citação do denunciado.....	442
3.4	Posição processual do denunciado.....	442
3.4.1	Quando o terceiro é denunciado pelo autor.....	443
3.4.1.1	O denunciado assume a posição de parte.....	443
3.4.1.2	O denunciado não comparece.....	443
3.4.2	Quando o terceiro é denunciado pelo réu.....	443
3.4.2.1	O denunciado pelo réu comparece e contesta a ação principal.....	443
3.4.2.2	O denunciado pelo réu comparece e nega sua qualidade.....	443
3.4.2.3	O denunciado pelo réu comparece e confessa os fatos alegados pelo autor.....	444
3.4.2.4	O denunciado pelo réu não comparece.....	444
4	Conteúdo da sentença em processo com denunciação da lide e decisão sobre as despesas processuais e honorários advocatícios.....	444
4.1	Caso em que o denunciante obtém vitória total.....	444
4.2	Caso em que o denunciante obtém vitória parcial.....	445
4.3	Caso em que o denunciante é inteiramente vencido.....	445
5	Denunciações sucessivas.....	445

CAPÍTULO XXXVIII

DO CHAMAMENTO AO PROCESSO.....		447
1	Do chamamento ao processo.....	447
2	Chamamento ao processo e denunciação da lide.....	448
3	Casos de chamamento ao processo.....	448
3.1	Chamamento ao processo do devedor.....	448
3.2	Chamamento ao processo dos demais fiadores.....	449
3.3	Chamamento ao processo dos devedores solidários.....	449
4	Ações que admitem o chamamento ao processo.....	449
5	Procedimento no chamamento ao processo.....	450
5.1	Prazo para requerer o chamamento ao processo.....	450
5.2	Conteúdo do requerimento – verdadeira petição inicial.....	450
5.3	Citação do chamado ao processo.....	450
5.4	Posição processual do chamado ao processo.....	451
6	Conteúdo da sentença em processo com chamamento ao processo.....	451
7	Natureza da sentença em processo com denunciação da lide.....	453
8	Da sentença em processo com chamamento ao processo e condenação em honorários advocatícios.....	453

CAPÍTULO XXXIX

DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....		455
1	Breves anotações sobre a evolução histórica do Ministério Público.....	455
2	O Ministério Público na Constituição de 1988 – conceito.....	457
2.1	Conceito.....	457
2.2	O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado.....	457
2.3	Incumbendo-lhe a defesa da ordem jurídica.....	457
2.4	Incumbendo-lhe a defesa do regime democrático.....	458
2.5	Incumbendo-lhe a defesa dos interesses sociais.....	458
2.6	Incumbendo-lhe a defesa dos interesses individuais indisponíveis.....	459
2.7	Demais funções do Ministério Público.....	460
3	Organização básica do Ministério Público.....	460
4	Autonomia funcional e garantias.....	461
4.1	Garantias institucionais.....	462

4.2	Garantias aos membros do Ministério Público.....	463
5	Princípios institucionais	464
6	O Ministério Público dos Estados e da União – leis de regência	464
7	Principais atribuições dos órgãos administrativos e de execução do Ministério Público	464
7.1	Procuradoria-Geral de Justiça	465
7.2	Colégio de Procuradores de Justiça.....	465
7.3	Conselho Superior do Ministério Público	465
7.4	Corregedoria-Geral do Ministério Público.....	465
7.5	Procuradores de Justiça.....	466
7.6	Promotores de Justiça	466
8	O Ministério Público no Código de Processo Civil.....	466
8.1	Ministério Público como autor.....	466
8.2	Ministério Público como interveniente	467
8.3	Ministério Público como autor e interveniente – estudo comparativo	468
9	Responsabilidade civil do membro do Ministério Público	469
10	Falta de participação do Ministério Público – nulidade do processo.....	469

TÍTULO VII DO PROCEDIMENTO E DO ATO PROCESSUAL

CAPÍTULO XL

DOS PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS OBJETIVOS –

DO PROCEDIMENTO E DO ATO PROCESSUAL		473
1	Do procedimento e do ato processual.....	473
2	Do procedimento e dos pressupostos processuais objetivos.....	474

CAPÍTULO XLI

DO ATO PROCESSUAL.....		475
1	Conceito de ato processual	475
1.1	Declaração ou manifestação do pensamento feita voluntariamente	475
1.2	Ato praticado por um dos sujeitos do processo	478
1.3	O ato deve se subsumir numa das categorias de atos processuais previstos pela lei.....	478
1.4	O ato processual deve pertencer a um procedimento	479
1.5	Eficácia constitutiva, modificativa ou extintiva do ato processual	480
1.6	Exemplos de atos que não são considerados como processuais	480
2	Características do ato processual.....	481

CAPÍTULO XLII

DA FORMA DOS ATOS PROCESSUAIS.....		483
1	Da forma dos atos processuais – aspectos gerais	483
2	Princípios gerais sobre a formalidade dos atos processuais.....	484
2.1	Princípio da liberdade das formas.....	485
2.2	Princípio da instrumentalidade das formas.....	485
3	O princípio da publicidade dos atos processuais.....	486

CAPÍTULO XLIII

DA FORMA DE EXPRESSÃO DOS ATOS PROCESSUAIS.....		489
1	Forma de expressão dos atos processuais	489

CAPÍTULO XLIV

DO TEMPO E DOS ATOS PROCESSUAIS – DOS PRAZOS PROCESSUAIS.....	491
1 Dos prazos processuais	491
2 Classificação dos prazos processuais	491
2.1 Critério da fonte que estatui o prazo.....	492
2.1.1 Prazos legais.....	492
2.1.2 Prazos judiciais.....	492
2.1.3 Prazos convencionais.....	493
2.2 Critério do prazo fluir para ambas ou para uma só das partes.....	493
2.2.1 Prazos comuns.....	493
2.2.2 Prazos particulares.....	493
2.3 Critério do destinatário do prazo	493
2.3.1 Prazos próprios.....	493
2.3.2 Prazos impróprios.....	494
2.4 Critério de poder ou não ser alterado pelas partes.....	494
2.4.1 Prazos dilatórios.....	494
2.4.2 Prazos peremptórios.....	494
3 Questões específicas referentes aos prazos processuais: início, duração e contagem.....	495
4 Aspectos gerais sobre o momento em que se inicia a contagem do prazo – os instrumentos legais de comunicação dos atos processuais.....	495
5 Mandado judicial e requisição por carta.....	496
5.1 Aspectos gerais do mandado judicial e requisição por carta	496
5.2 Requisição por carta.....	497
5.3 Requisitos formais das cartas	498
5.3.1 Caráter itinerante das cartas.....	499
5.3.2 Casos de urgência	500
5.3.3 Devolução da carta.....	501
5.3.4 Recusa do juízo deprecado – cartas precatórias e cartas de ordem.....	501
5.3.5 Cartas de ordem.....	501
6 Da citação	502
6.1 Conceito de citação	502
6.2 Ausência de citação.....	504
6.3 Dos mecanismos para a realização da citação	505
6.3.1 Citação postal.....	505
6.3.2 Citação por oficial de justiça.....	506
6.3.3 Citação por edital	511
7 Da intimação	513
7.1 Conceito de intimação	513
7.2 Dos instrumentos para a realização da intimação.....	514
7.2.1 Intimação por órgão oficial de divulgação.....	514
7.2.2 Intimação pelo escrivão.....	515
7.2.3 Intimação pelo correio	515
7.2.4 Intimação por oficial de justiça	516
7.2.5 A intimação do advogado.....	516
8 Fixação do termo inicial dos prazos (<i>dies a quo</i>).....	516
8.1 Regras gerais.....	516
8.2 <i>Dies a quo</i> em caso de citação	517
8.3 <i>Dies a quo</i> para a intimação	518
9 Duração e contagem dos prazos	519
9.1 Unidade temporal dos prazos.....	519
9.2 Regras gerais sobre contagens dos prazos: princípio da continuidade dos prazos; suspensão do prazo; justa causa e novo prazo	520

9.2.1	Princípio da continuidade dos prazos	520
9.2.2	Suspensão dos prazos.....	520
9.2.3	Justa causa e novo prazo	521
9.3	Regras sobre o começo e o fim da contagem dos prazos	522
9.3.1	Regra geral	522
9.3.2	Dia de começo em sexta-feira ou em dia que não é útil	522
9.3.3	Dia final do prazo que não é dia útil	523
9.3.4	Prazos com contagem regressiva	523

CAPÍTULO XLV

DA VERIFICAÇÃO DOS PRAZOS E DAS PENALIDADES		525
1	Da verificação dos prazos – preclusão	525
2	Do não cumprimento do prazo pelos órgãos auxiliares da justiça	526
3	Do não cumprimento dos prazos pelo advogado	526
4	Do não cumprimento dos prazos pelo representante do Ministério Público e da Fazenda Pública	527
5	Do não cumprimento dos prazos pelos órgãos jurisdicionais.....	528

CAPÍTULO XLVI

DO LUGAR DE REALIZAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS.....		531
1	Do lugar da realização dos atos processuais.....	531

CAPÍTULO XLVII

DOS ATOS PROCESSUAIS DAS PARTES		533
1	Dos sujeitos dos atos processuais	533
2	Classificação dos atos das partes	533
2.1	Classificação	533
2.2	Atos postulatórios.....	534
2.3	Atos dispositivos	534
2.4	Atos instrutórios.....	534
2.5	Atos reais.....	535
3	Efeitos dos atos processuais das partes.....	535
4	Formalidades a respeito das petições e documentos das partes – autos suplementares	536
5	Atos realizados por cota nos autos	537

CAPÍTULO XLVIII

DOS ATOS PROCESSUAIS DO JUIZ.....		539
Seção I – Da Sentença e da Coisa Julgada.....		539
1	Dos atos processuais do juiz.....	539
2	Da sentença	540
2.1	Distinções iniciais.....	540
2.2	Da sentença e suas partes – visão geral	541
3	A eficácia da sentença	542
3.1	Aspectos gerais – eficácia dos atos do Poder Público	542
3.2	A eficácia da sentença	543
3.3	Os principais efeitos da sentença (ou de sua eficácia)	544
4	Alcance da imperatividade da sentença	545
5	Eficácia subjetiva da sentença.....	546
5.1	Visão geral do problema	546
5.2	Casos de assistência	547
5.3	Casos de nomeação à autoria	547

5.4	Casos de denúncia da lide	548
5.5	Casos de chamamento ao processo	548
5.6	Conclusões	548
6	Da coisa julgada.....	548
7	Limites objetivos da coisa julgada	549
8	Limites subjetivos da coisa julgada	551
8.1	Limites subjetivos.....	551
8.2	Teorias sobre os limites subjetivos da coisa julgada	552
9	Conteúdo da motivação e do dispositivo da sentença	552
9.1	Motivação da sentença	553
9.2	Dispositivo da sentença e coisa julgada.....	555
9.3	Sentença terminativa que acolhe questões prejudiciais e questões preliminares no Código de Processo Civil	556
9.4	Conclusões	556
10	Conteúdo da motivação e do dispositivo da sentença – sua estrutura lógica.....	557
10.1	Sentenças que julgam procedentes as ações de conhecimento.....	557
10.1.1	Sentença condenatória.....	557
10.1.2	Sentença constitutiva	558
10.1.3	Sentença declaratória.....	558
10.2	Sentenças que julgam improcedentes as ações de conhecimento	558
10.2.1	Sentença de improcedência em ação condenatória e constitutiva	558
10.2.2	Sentença de improcedência em ação declaratória	559
10.3	Sentença cautelar.....	559
10.3.1	Sentença cautelar em ação cautelar julgada procedente	559
10.3.2	Sentença de improcedência em ação cautelar.....	560
10.4	Sentença que acolhe questão prejudicial – sentença declaratória	561
10.5	Sentença que acolhe questão preliminar – sentença declaratória	561
11	Sentença e acórdão.....	561
	Seção II – Dos Demais Provimentos e Atos do Juiz	562
12	Do provimento satisfativo	562
13	Da decisão interlocutória	562
14	Do despacho de mero expediente.....	563
15	Requisitos formais dos provimentos.....	563
16	Dos atos materiais ou reais	564

CAPÍTULO XLIX

DOS ATOS PROCESSUAIS DO ESCRIVÃO E DO CHEFE DA SECRETARIA565

1	Introdução ao tema – os órgãos auxiliares da Justiça	565
2	Dos atos do escrivão e do chefe da secretaria	566
2.1	Atos e termos do processo	566
2.2	Termos do processo.....	567
2.3	Da numeração e autenticação das folhas dos autos	568
3	Dos requisitos formais dos atos do escrivão e do chefe da secretaria	569

CAPÍTULO L

DAS NULIDADES DOS ATOS PROCESSUAIS.....571

1	Da invalidade dos atos processuais – princípios gerais	571
2	Nulidade relativa e nulidade absoluta do ato processual.....	572
2.1	Nulidade relativa.....	572
2.2	Nulidade absoluta.....	573
2.3	Conclusões	573
3	Ato processual inexistente e ato nulo – eventuais efeitos do ato nulo	574

4	Efeitos da declaração de nulidade do ato processual	575
5	Nulidade decorrente de erro quanto ao rito procedimental.....	576

CAPÍTULO LI

	DA FORMAÇÃO, DA SUSPENSÃO E DA EXTINÇÃO DO PROCESSO.....	577
1	Introdução ao tema do capítulo	577
2	Da formação do processo.....	577
3	Da suspensão do processo	580
3.1	Suspensão pela morte ou perda da capacidade processual de <u>qualquer das partes</u> , de seu <u>representante legal</u> ou de seu <u>procurador</u>	580
3.1.1	Suspensão pela morte ou perda da capacidade processual de <u>qualquer das partes</u>	581
3.1.2	Suspensão pela morte ou perda da capacidade processual de <u>advogado</u> (procurador).....	581
3.2	Suspensão por convenção das partes	582
3.3	Suspensão pelo ajuizamento de exceção de incompetência do juízo, da câmara ou do tribunal, bem como de suspeição ou impedimento do juiz	582
3.4	Suspensão por circunstâncias externas ou internas	583
3.5	Suspensão por motivo de força maior e nos demais casos previstos no Código de Processo Civil.....	583
3.6	Suspensão do processo e prática de atos urgentes.....	584
4	Da extinção do processo.....	584
4.1	Art. 267, I – indeferimento da petição inicial – art. 295 do Código de Processo Civil – visão geral	585
4.1.1	Art. 295 – indeferimento da inicial por ausência das condições da ação – inépcia da inicial	585
4.1.2	Art. 295 – indeferimento da inicial por decadência ou prescrição.....	586
4.1.3	Art. 295 – indeferimento por inadequação de rito procedimental.....	587
4.1.4	Art. 295 – indeferimento por desatendimento ao art. 39, parágrafo único e art. 284.....	587
4.2	Art. 267, II e III – inércia da parte	588
4.3	Art. 267, IV – ausência de pressupostos processuais	588
4.4	Art. 267, V – acolhimento de alegação de preempção, litispendência ou de coisa julgada.....	588
4.5	Art. 267, VII – extinção pela convenção de arbitragem	589
4.6	Art. 267, VIII – desistência da ação.....	589
4.7	Art. 267, IX – ação intransmissível.....	589
4.8	Art. 267, X – confusão entre autor e réu.....	590
4.9	Art. 267, XI – norma de encerramento: nos demais casos prescritos no Código de Processo Civil.....	590
5	Conhecimento <i>ex officio</i> pelo juiz – matérias de ordem pública	590
6	Extinção do processo com julgamento de mérito.....	591
7	Reflexões finais	591
	ÍNDICE DE ASSUNTO	593
	ÍNDICE DA LEGISLAÇÃO	601